

 <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.44473>

SEÇÃO: LIVRE

As viagens dos Xerente

*The Travel of the Xerant**Los viajes del Xerente***Antonia Terra de
Calazans Fernandes¹**orcid.org/0000-0001-5586-7144antoniaterra@usp.br**Recebido em:** 4 mar. 2023.**Aprovado em:** 2 maio. 2023.**Publicado em:** 20 dez. 2023.

Resumo: A proposta deste texto é especificar os contatos, os confrontos e as resistências de um povo indígena – Xerente –, que traçou uma história específica, sem deixar de estar imerso nas conjunturas políticas mais amplas impostas pelos governantes aos povos nativos, nos contextos coloniais e subsequentes. O texto pontua o processo de pesquisa iniciado pela localização de uma foto na revista *A Cigarra*, de 1921, no acervo digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), registrando a presença de um grupo de Xerente na cidade. Para entender essa visita, o texto apresenta o processo de consulta a diferentes documentos para melhor compreender essa e muitas viagens empreendidas por esse povo indígena ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo. Como indica o título, o texto se centra na história das viagens dos Xerente, do século XVIII às primeiras décadas do século XX, no esforço de entender suas motivações.

Palavras-chave: História indígena, viagens, Xerente.

Abstract: The purpose of this text is to specify the contacts, confrontations and resistances of an indigenous people – Xerente –, which traced a specific history, without ceasing to be immersed in the broader political conjunctures imposed by the rulers on the native peoples, in the colonial and subsequent contexts. The text points out the research process initiated by the location of a photo in the magazine *A Cigarra*, from 1921, in the digital collection of the Public Archives of the State of São Paulo (APESP), recording the gift of a group of Xerente in the city. To understand this visit, the text presents the process of consulting different documents to better understand this and many trips undertaken by this indigenous people, to Rio de Janeiro, passing through São Paulo. As the title indicates, the text focuses on the history of the Xerente's travels, from the 18th century to the first decades of the 20th century, in an effort to understand their motivations.

Keywords: Indigenous history, travels, Xerente.

Resumen: El propósito de este texto es precisar los contactos, enfrentamientos y resistencias de un pueblo indígena -Xerente-, que trazó una historia específica, estando aún inmerso en las coyunturas políticas más amplias impuestas por los gobernantes a los pueblos originarios, en la época colonial y contextos posteriores. El texto marca el proceso de investigación iniciado al ubicar una foto en la revista *A Cigarra*, de 1921, en el acervo digital del Archivo Público del Estado de São Paulo (APESP), registrando la presencia de un grupo de Xerente en la ciudad. Para comprender esta visita, el texto presenta el proceso de consulta de diferentes documentos para comprender mejor este y muchos viajes realizados por este pueblo indígena, a Rio de Janeiro, pasando por São Paulo. Como indica el título, el texto se centra en la historia de los viajes de los Xerente, desde el siglo XVIII hasta las primeras décadas del siglo XX, en un esfuerzo por comprender sus motivaciones.

Palabras clave: Historia indígena, viajes, Xerente.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

Introdução

Cerca de cem anos depois de estabelecida a independência política do Brasil, na revista paulista quinzenal *A Cigarra*, em sua publicação de 15 de setembro de 1921, foram divulgadas duas fotos de um grupo de indígenas Xerente², que realizaram uma longa viagem de Goiás até São Paulo, com a intenção de posteriormente seguir até capital federal para falar com o presidente da República. Esta foi uma das muitas viagens realizadas pelos Xerente com a mesma finalidade, ao longo de todo o Império. Este texto tem a proposta, então, de identificar documentos que contribuem para traçar as razões, mesmo que parciais, que explicam o esforço desse povo em cruzar longas distâncias, para sobreviver com dignidade à política nacional imposta aos povos nativos.

Muitos povos indígenas sucumbiram diante dos contextos opressivos e espoliadores, mas outros permaneceram lutando e conquistando direitos, como é o caso dos Xerente. Todavia, como John Monteiro (1994, p. 8) assinalou quanto aos estudos históricos, até poucas décadas atrás, "o índio – quando mencionado – desempenha um papel apenas secundário e efêmero, ocupando a antessala de um edifício maior onde reside a escravidão africana". Então, conhecer a história de como determinado povo nativo da América enfrentou as novas conjunturas a ele impostas no processo de ocupação do território brasileiro pelos europeus, é importante para valorizá-los e expor suas vivências nas diferentes circunstâncias.

O povo indígena Xerente traçou uma história específica no século XIX e início do XX, sem deixar de estar imerso nas conjunturas políti-

cas mais amplas. A premissa historiográfica é entender quais foram as decisões pontuais de determinado povo, diante das políticas do Estado nacional brasileiro, para dar visibilidade às suas estratégias de luta, aos posicionamentos e às escolhas de ações, entre elas a de manter as condições de vida e de sobrevivência da comunidade. Essa é uma opção importante para a historiografia.

A estudiosa Mary Louise Pratt (1999, p. 31-32), em seu livro *Os olhos do Império, relatos de viagem e transculturação*, afirma que elaborou a expressão "zona de contato" para se

[...] referir ao espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato uma com a outra se estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada. [...] [para] enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma perspectiva de contato põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros.

Nessa perspectiva da autora, o esforço de acompanhar algumas das trajetórias dos Xerente significa dar a eles relevância histórica, como sujeitos históricos que foram construídos nas relações que estabeleceram com os não índios, ao longo de mais de um século.

Os Xerente

No acervo de revistas do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), digitalizado e disponível na internet, na revista *A Cigarra*, em sua publicação de 15 de setembro de 1921³, há duas

² O periódico no qual foram encontradas as fotos noticiava eventos diversos da cidade de São Paulo, como de jogos de futebol, moda feminina e festas da sociedade hipica. E, entre as notícias, estavam as fotos da chegada de um grupo de Xerente à cidade, vindo do interior do país, de passagem para o Rio de Janeiro. Então, diante dos estudos históricos dos povos indígenas, por conta de trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha (1992), John Monteiro (1994), Maria Regina Celestino de Almeida (2010, 2013) e inúmeros outros pesquisadores, com a preocupação de reforçar as ações das populações nativas como construtoras de suas histórias, estas fotos, em uma revista antiga, instiga a questionar: o que elas estavam fazendo em uma revista de variedades? As fotos só indicam um evento pontual? Ou sinalizam um cenário histórico maior? Há uma história mais profunda a pesquisar? E a legenda contribuiu, em parte, para esclarecer que um grupo do interior do país viajou quilômetros para solicitar medidas políticas para preservar as condições fundamentais de sobrevivência de seu povo. Então, também cabia indagar: qual a frequência com que estas viagens aconteciam? E quais histórias podiam ser melhor conhecidas relacionadas a esta e outras possíveis viagens? As fotos foram, então, o indicio para uma pesquisa histórica. Como explica Miriam Moreira Leite (2001, p. 160), no estudo de fotografias, "as relações lógicas do conteúdo têm uma história, assim como o contexto do leitor e do local ou momento em que ele deparou com as fotografias. O próprio olhar do leitor é seletivo, enquanto a elaboração das imagens as diferencia de acordo com o contexto de espaço e tempo a que estão sujeitas".

³ Revista quinzenal e publicada em São Paulo, de 1914 a 1975. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/Cl192109168.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.

fotos dos Xerente. Na foto maior, há cinco homens posando de perfil, com roupas ocidentais e cortes de cabelo em formato de cuia. Na segunda foto, estão representados oito homens e uma mulher, incluindo os que já estavam na primeira imagem.



Outra photographia dos Índios Cherentes, tirada para "A Cigarra".

Fotografias 1 e 2 – Os Xerente

Fonte: *A Cigarra* (15 set. 1921, p. 26).

Na legenda da primeira foto, estava escrito:

Os Índios Cherentes, pousando para "A Cigarra", por ocasião de sua passagem por S. Paulo. Os Cherentes vivem em onze aldeamentos, com cerca de 10 mil habitantes, à margem do rio do Somno, no interior do estado de Goyaz. Fizeram a viagem a pé, do lugar onde moram, à estação de Roncador, na Estada de Ferro Noroeste do Brasil, de onde se transportaram a S. Paulo. Foram ao Rio pedir providências ao presidente da República, dr. Epitácio Pessoa, contra os invasores de suas terras, mas não foram recebidos por S. Exc. Seu capitão é o segundo que se vê neste clichê da esquerda para direita e chama-se Tin-Tin. Devido à nobre intervenção do nobre jornalista dr. Lisboa Junior, diretor do "Diário Popular", o Serviço do Povoamento do Solo, forneceu-lhes, nesta capital, enxadas,

foices e outras ferramentas, espingardas de caça e mantimentos suficientes para a vasta travessia que vão empreender, no regresso à sua terra. Na vinda alimentaram-se de onças, pacas, veados e aves variadas da nossa fauna, gastando três meses na travessia (*A Cigarra*, 15 set. 1921).

A história narrada pela revista conta que um grupo de Xerente, que vivia em um dos doze aldeamentos de Goiás, à margem do rio do Sono, viajou para o Rio de Janeiro, para estar com Epitácio Pessoa para se manifestar contra invasores de suas terras. Diante das fotos e da legenda, temos então indícios que desencadeiam questionamentos históricos⁴. Primeiro, é a aceitação do evento descrito. E, se partimos de generalizações, podemos questionar se temos outras notícias de atitudes semelhantes de grupos indígenas que viajavam do interior do Brasil para a capital do país para solicitar providência do presidente da República – isso no início do século XX. Outra indagação diz respeito especificamente ao povo Xerente. E, então, podemos questionar: era frequente indígenas Xerente viajarem para reivindicar providências do presidente? E o que podemos saber mais sobre os Xerente? Quantas vezes se dirigiam ao governo central para expor suas queixas e solicitar ajuda? Será que faziam isso frequentemente ou não?

Vamos reconstituir aqui os procedimentos da pesquisa para responder essas indagações, considerando que não basta apresentar narrativas ou generalizá-las de modo que possam respondê-las. Expor e recompor os procedimentos de pesquisa significa reconhecer a importância da experiência na construção do processo histórico. Nessa linha de pensamento, as perguntas caracterizam o problema de estudo e o passo seguinte é investigar respostas pesquisando e analisando outras e variadas fontes.

Por ter sido a primeira fonte de informação encontrada em uma revista, a pesquisa foi encaminhada para outras revistas e jornais, no esforço de saber se notificaram fatos e fotos que

⁴ As fotos são entendidas aqui como indícios que instigam o estudo de uma história mais complexa a ser pesquisada, ou seja, simplificando, mas respeitando e seguindo o estudo de Carlo Ginzburg (1989), a partir dos indícios é possível passar do desconhecido para o conhecido. É o que as fotos suscitaram.

indicavam outras viagens dos Xerente à capital do país. E, de fato, na hemeroteca da Biblioteca Nacional e em outros acervos digitais, foram encontradas no final do século XIX e início do XX, muitas outras notícias semelhantes à história dos Xerente, em: *Correio Oficial de Goyaz* (GO), *O Paiz* (RJ), *A Imprensa* (RJ), *O Malho* (RJ), *O Jornal* (RJ), *O Correio Paulistano* (SP), *O Estado de S. Paulo* (SP), *O Globo* (RJ), *A Gazeta de Notícias* (RJ), etc.

Para reconstruir o contexto histórico dos acontecimentos noticiados, considerando os interesses dos Xerente e como conduziram suas ações, as reportagens foram coletadas, e organizadas para o entendimento desses eventos para estudo da história de um grupo indígena⁵. E a pesquisa e a seleção de fontes passaram a ter como conceituação básica a ideia de que as ações dos Xerente eram de resistência e de negociação, e que suas atitudes não foram passivas diante daqueles que tendiam a confiscar seus territórios e interferir nas escolhas do seu modo de vida.

Com um perfil de suas intenções, outros documentos foram consultados, como os manuscritos coloniais e os relatos de viajantes: história do contato entre portugueses e as populações indígenas de Goiás; a presença de caçadores de minérios; e a escravização de indígenas na segunda metade do século XVII. Foram encontrados ainda estudos publicados na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, artigos, dissertações e teses recentes. Esses materiais possibilitam pontuar diferentes momentos das ações dos Xerente diante dos intrusos que se faziam presentes em seus territórios. Os acontecimentos foram, então, organizados em perspectiva de longa temporalidade, para análise das mudanças em suas ações e decisões.

O contato com os colonizadores

Como já sabemos, os grupos Xerente⁶ que chegaram ao Rio de Janeiro e São Paulo, e foram noticiados nos jornais e revistas, na segunda metade do século XIX e início do XX, eram provenientes de Goiás, mais especificamente das margens do rio Tocantins, de aldeias localizadas próximas ao rio do Sono. Para conhecer os motivos históricos de suas andanças, retrocedemos aos séculos XVII e XVIII, quando os nativos daquela região mantiveram contatos com os europeus.

As fontes históricas para estudo desse período são os documentos oficiais do governo português, como cartas, ofícios, leis e desenhos cartográficos da região. Muitos deles estão disponíveis no site da Rede da Memória Virtual Brasileira, organizado pela Fundação Biblioteca Nacional. E outros podem ser encontrados na Biblioteca Nacional de Portugal. Além desses, há obras de viajantes, que registram suas impressões e observações ao longo do século XIX. Há ainda fontes e estudos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, acessível na internet. Historiadores e antropólogos também produziram teses, dissertações, artigos específicos sobre os Xerente ou relacionados à história de Goiás. Muitos desses trabalhos contribuem para a localização de memórias, relatos, estudos e políticas coloniais.

A partir dessas referências, aqui a intenção foi conhecer a história dos Xerente nos séculos XVIII e XIX e tentar reconstituir o que antecedeu às viagens ao Rio de Janeiro, no esforço de ampliar o entendimento, em longa temporalidade, dos acontecimentos noticiados na revista *Cigarra* de 1921.

Uma primeira notícia encontrada da presença dos Xerente na região foi fornecida nos escritos do viajante Johann Emanuel Pohl, que esteve no

⁵ Os jornais foram pesquisados pelo sistema de busca na hemeroteca da Biblioteca Nacional. As reportagens foram coletadas e organizadas por datas, temas e viagens. E foram sendo identificadas as lideranças que as presidiam, já que iam e voltavam, e, principalmente, quais eram as motivações. A leitura das reportagens baseou-se no fato de serem publicados em veículos de informação. Neste caso, foi necessário compreender o interesse dos jornais em publicar estas notícias, ao que davam destaque, os valores culturais e históricos nelas imersos, como eram replicadas de uma imprensa para outra, como o assunto era estendido por meio de campanhas de apoio aos viajantes e pela publicação de pesquisas sobre quem eram os Xerente, mantendo assim a notícia por mais tempo nas diferentes edições dos jornais. A principal premissa foi acompanhar, nestas fontes documentais, do final do século XIX e início do XX, a movimentação dos Xerente e as mudanças nas negociações que estabeleceram com as lideranças do Estado brasileiro, inserindo a história dessas viagens em uma história mais longa, estudada também a partir de outros documentos.

⁶ "Os Xerente se autodenominam Akwe e pertencem aos povos de língua Jê. São aparentados dos Xavante e dos Xacriabá" (PERRO-NE-MOISÉS, 1976, p. 90).

interior do Brasil entre os anos de 1817 e 1821, que diz que a chegada de população não indígena no interior de Goiás aconteceu por volta da segunda metade do século XVII.

Goiás foi habitada por várias tribos selvagens, algumas das quais já não existem, como por exemplo as dos goiás ecrixás, por terem sido exterminadas ou assimiladas. Outras dessas tribos retiraram-se para a floresta virgem, para ali continuarem o seu modo de viver natural. São os caiapós, xavantes, araés, canoieiros, apinajés, os capepuxis, temimbós, amadus, xerentes, tapirapés, poxetis, carajás gradaús, tecemedus, guaiaguçus, porecramecãs, coroados ou coroados e coroados-mirins, macamecrãs, curemeocrãs, etc. Avalia-se o número de todos os índios desta capitania em mais de 50.000 (POHL, 1976, p. 125).

No contexto colonial brasileiro, os não indígenas aventureiros embrenhavam-se no sertão atrás do enriquecimento, primeiramente procurando ouro e, como segunda opção, aprisionando índios. As leis portuguesas autorizavam escravizar os nativos no caso de guerras justas e resgate⁷. E os caçadores de riqueza agiam com muita violência. Naquele contexto, muitos enriqueceram com expedições de caça aos indígenas para serem vendidos como escravos nas fazendas paulistas⁸.

Como consequência da descoberta de ouro, muitos aventureiros e criminosos se instalaram ao

longo dos rios Maranhão e Tocantins. Os recém-chegados iam se fixando, montando garimpos e fortificações. Arraiais foram modelados, pontes construídas e caminhos foram feitos para ligar as vilas e arraiais goianos aos centros mais próximos, como São Paulo. Os povos nativos, então, inquietavam-se, por perceberem os perigos e as ameaças que podiam sofrer com a escravização e a perda dos locais onde viviam. O povo que deu origem ao nome da região, os *Goiás*, foram os primeiros a serem expulsos, desaparecendo nas matas. Já os *Caiapó*, *Acroá* e *Xacriabá* fizeram guerra violenta. Viviam a sudoeste do rio Maranhão, um pouco acima do rio Grande, onde o ouro inicialmente foi encontrado e onde começaram a ser instaladas as povoações dos aventureiros. E ambos os lados – não índios e indígenas – agiram com grande brutalidade⁹.

Diante das guerras do século XVIII, o governo português oficialmente recomendava tratar os indígenas com brandura quando esses se submetiam voluntariamente, disponibilizando os impostos para a construção de aldeamentos para os pacificados e promovendo a chegada de missionários jesuítas para catequizar. Mas, na medida em que a colonização foi ocupando os territórios, logo os colonos declararam guerra aos *Caiapó* e *Acroá*, que viviam mais próximos

⁷ "D. Sebastião [...] Defendo e mando que daqui em diante se não use nas ditas partes do Brasil, dos modos que se até ora usou em fazer cativos os ditos gentios, nem se possam cativar por modo nem maneira alguma, salvo aqueles que forem tomados em guerra justa que os portugueses fizerem aos ditos gentios, com autoridade e licença minha, ou do meu Governador das ditas partes; ou aqueles que costumam saltar os portugueses, ou a outros gentios para os comerem; assim como são os que se chamam Aimorés, e outros semelhantes. E as pessoas que pelas ditas maneiras lícitas cativarem os ditos gentios, serão obrigadas, dentro de dois meses primeiros seguintes, que se começaram do tempo que os cativarem, fazerem escrever os tais gentios cativos, nos livros das Provedorias das ditas partes, para se poder ver e saber quais são os que lícitamente foram cativos. E não o cumprindo assim, no dito tempo de dois meses: Hei por bem que percam a ação dos ditos cativos e senhorio. E que por esse mesmo feito sejam forros e livres. E os gentios, que por qualquer outro modo e maneira forem cativos, nas ditas partes, declaro livres, e que as pessoas que os cativarem não tenham neles direito nem senhorio algum" – *Lei sobre a liberdade dos gentios – 20 de março de 1570* (VARNHAGEN, 1975, p. 314).

⁸ "Dom Pedro [...] Faço saber aos que essa Lei virem que sendo informado o Rei [...] dos injustos cativadores a que os moradores do Estado do Maranhão por meios ilícitos reduziam os Índios dele, e dos graves danos, excessos, ofensas de Deus que para este fim se cometiam fez uma Lei nesta Cidade de Lisboa em 9 de Abril de 1655 em que proibido os ditos cativadores, excetuando quatro casos em que de direito eram justos e lícitos, a saber quando fossem tomados em justa guerra que os Portugueses lhe movessem intervindo as circunstâncias na dita Lei declaradas, ou quando impedissem a pregação evangélica, ou quando estivessem presos a corda para serem comidos, ou quando fossem vendidos por outros Índios que os houvessem tomado em guerra justa, examinando-se a justiça dela na forma ordenada na dita Lei [...]" – *Lei Sobre a liberdade do gentio do Maranhão* – Lei. 01-04-1680 (MARANHÃO, p. 57-59, 1948).

⁹ "Vila Boa, 30 de março de 1742. Carta do Governador de Goiás D. Luiz Mascarenhas ao rei de Portugal D. João V – "Pouco tempo antes do Natal do ano passado foram das circunvizinhanças desta vila, até a distância de uma légua delas, invadidas e hostilizadas do gentio Caiapó, nas quais executou algumas mortes, incêndios, destroços de plantas, com mais danos que costuma ser de sua barbaridade. E como a diferença que se havia acertado com os bororos de Cuiabá, comandados por Angelo Pretto, não podia chegar senão depois da Páscoa desse ano, como de fato ainda não chegou, e nem dele há notícia, se recorreu a mim todo esse povo com enternecidos clamores para que aprove e dê remédio enquanto não chegar o seu defensor, alegando-me que eu deveria acudir, pois tinha ordem de Vossa Majestade para a guerra defensiva. E como sua representação era atendível, e bem verdadeira por atacar tão sensível dano, procedi com toda a conformidade a ordem deferida de que inclua [...] duas companhias de soldados bastardos e pardos forros de vinte soldados cada uma, com três alferes brancos e um capitão [...]. Os quarenta soldados de uma e outra, todos debaixo do comando do dito capitão, obriga a necessidade que aqui se conserve esta guarda enquanto não é a total defesa que se espera" (*Projeto Resgate – Biblioteca Luso Brasileira – Rede da Memória Virtual Brasileira* – AHU Goiás – ACL_CU_008, Cx. 2, D. 179. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008_GO&pagfis=1136. Acesso em: 3 set. 2022).

de onde inicialmente se espalharam os arraiais. À medida que o ouro foi sendo descoberto mais ao norte, subindo o rio Maranhão e depois o rio Tocantins, os povoados foram se aproximando dos *Xavante*¹⁰. E quando chegaram também no rio do Sono, lá estavam os *Xerente*. Naquele contexto, os confrontos diretos entre indígenas e colonos foram intensos, sendo financiadas tropas de combate e escravização de nativos. As inúmeras cartas trocadas entre os governantes portugueses e os da Capitania de Goiás sinalizam os conflitos da época. E, como analisa João Pacheco de Oliveira (2004, p. 22), "a presença colonial instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural".

O projeto colonial português para cessar a guerra era colocar os nativos em situação de aldeados, onde deviam aprender o modo de viver europeu. Para os homens, a ideia era que fizessem parte das tropas no sertão e aprendessem atividades de agricultura e ofícios; e para as mulheres, o aprendizado de cozinhar

e fiar. Essas atividades de trabalho, mais compulsórias, diferenciavam-se dos costumes da caça, pesca, coleta e pequeno cultivo feitos pelas mulheres até então.

Os aldeamentos podiam ser subsidiados pelo governo local ou por verba do governo português, mas os recursos eram esporádicos, o que contribuía para situações de pobreza, revolta e abandono. Além disso, nem sempre os aldeados eram amigáveis. Em carta do rei D. José, para o governador geral da Capitania de Goiás, em 1761, há relato de não conformismo dos Acroá e Xacriabá¹¹.

Na década de 1780, os governantes e os colonos passaram a dominar o conflito, fazendo acordos ou derrotando os indígenas nas guerras. Os Caiapó negociaram e alguns deles foram morar na Aldeia Maria, no rio Fartura. O mesmo aconteceu com os Javaé e os Carajá, que foram morar na Aldeia de São José de Mossâmedes¹².

A partir da década de 1770, os governadores da Capitania de Goiás começaram a averiguar a possibilidade de estabelecer uma via navegável

¹⁰ "Já dei conta a VExa. das continuas hostilidades que os gentis Xavantes começou a fazer a esta capitania desde o ano de 1762 quando dantes era um vizinho pacifico que nunca saia de suas aldeias a invadir o nosso território, pelo já suspeitavam logo todas as pessoas mais inteligentes destes arraiais que só sugeridos pelos indios dos jesuítas espanhóis poderiam resolver e ainda tentar tão descarada ação, por cuja causa se ficava armando uma Bandeira composta por duzentas armas para reprimir as invasões por bárbaros, castigando lhes assim por razão com que nos fizeram a Guerra. Alguma demora teve a saída da dita Bandeira, pelas dúvidas que se moveram sobre a espontânea contribuição dos povos. Sucedeu nesse tempo incidente maior que me obrigou a cuidar na sua pronta expedição; porque me constou que indios gentis surpreendendo uns negros de uma roça e os não mataram como praticavam nas antecedentes abalroados costumes inveterados de todas aquelas nações; mas levando-os às suas aldeias lhes fizeram muitos afagos, e os casaram com as gentias, asseverando-lhes que todo o preto que quisesse passar para eles achariam nas suas aldeias o mesmo bom tratamento. Esta prejudicial máxima era meio mais conducente para se acabarem com estas Minas, pois se os pretos delas estão fugindo continuamente para os quilombos, expostos aos assaltos dos capitães do mato que incessantemente querem repor, o que fariam se tivessem pano francês para as aldeias para os gentis, onde os pretos estavam seguros de perigo, senhores da sua liberdade e com mulheres próprias [...] - 1765, Março, 30, Vila Boa - OFÍCIO do I governador e capitão-general de Goiás]. João Manuel de Melo, ao secretário de estado [da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a bandeira composta para reprimir a invasão dos indios Xavantes e acerca do ataque à aldeia deles (*Biblioteca Luso Brasileira, Rede da Memória Virtual Brasileira*, AHU Goiás, AHU_ACL_CU_008, Cx. 21, D. 1274. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008_GO&pagfis=14363 Acesso em: 3 set. 2022).

¹¹ "João Manoel de Mello Governador e Capitão General da Capitania de Goyaz. - Amigo. Eu, el rey, vos envio muito saudar sendo me presente a carta que, com data de 29 de maio do ano próximo passado, dirigiste à minha real presença, em que informáveis ser gentio desse continente o mais brabo, indômito, e que o Acroá, Xacriabá estiveram aldeados o tempo que foram sustentados por conta da minha real fazenda, não querendo nunca aprender ofícios, referindo alguns fatos de sua infidelidade e rebeldia, também do gentio Caiapó, que não só é inimigo do nome português, mas também de todos os outros indios, por cujo motivo vos parecia se lhes devia fazer alguma ofensiva. Pedindo ao mesmo tempo uma providencia eficaz para serem castigados aqueles bárbaros, e dos assassinatos que continuamente se estão praticando nesta capitania pela dificuldade do castigo e pouca segurança das cadeias das quais pelo decurso do tempo fogem os presos de modo ordinário [...] - CARTA RÉGIA 1761 do rei D. José ao governador e capitão-general de Goiás, [João Manuel de Melo], sobre as atitudes a tomar acerca dos indios Acroás, Xacriabás e Caiapós e a construção de cadeias seguras na capitania de Goiás. (*Rede da Memória Virtual Brasileira*, AHU Goiás, AHU_ACL_CU_008, Cx. 18, D. 1060. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008_GO&pagfis=12532. Acesso em: 3 set. 2022).

¹² "Depois de dar a VExa. conta dos feitos que tinham produzido as minhas diligências na aquisição dos indios Acroás e Xacriabás de que fundei duas aldeias, tem sido o principal objeto dos meus ofícios, a participação dos Felizes e o sucesso da Nova Beira, onde as nações Carajás e Javaés, nos tem provado a sua fidelidade, facilitando-nos a descoberta de novos aliados e habitantes do continente de Araguaia." - 1776 - OFÍCIO do I governador e capitão-general de Goiás, barão de Mossâmedes], José de Almeida Vasconcelos [de Soveral e Carvalho], ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros], marquês de Pombal, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a criação de aldeias indígenas; o sucesso na civilização dos Carajás e Javaés; os provimentos de boca e guerra que enviou para as ditas aldeias sem recorrer aos recursos da Fazenda Real, utilizando-os no aumento das praças de pedestres e no estabelecimento da aldeia dos indios Acroás que servirá de barreira aos ataques dos indios Caiapós. (*Rede da Memória Virtual Brasileira*, AHU Goiás, AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1838. Disponível em: https://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=008_GO&pagfis=12532. Acesso em: 3 set. 2022).

nos rios Maranhão, Tocantins e Araguaia, que favorecesse o comércio entre as Capitânicas de Goiás e do Grão-Pará. Para tanto, a política portuguesa era no sentido de afastar os indígenas das rotas de comércio, desenvolver a agricultura e construir presídios nas margens dos rios, oferecendo apoio à navegação. Foi nesse contexto que ocorreram os maiores confrontos com os Xerente, que viviam nas duas margens do Tocantins¹³.

A situação ficou mais grave com a *Carta Régia de 5 de setembro de 1811*¹⁴, que aprovava as condições para a implantação de uma *Sociedade de commercio entre as Capitânicas de Goyaz e Pará*, mandando dar providência para facilitar a navegação do rio Tocantins e Maranhão, até o Porto Real, e impedir que "as nações gentias continuem a cometer os insultos e depredações que infelizmente ainda fazem em algumas paragens". Na carta, D. João VI orientava que se as nações indígenas continuassem a fazer danos, deveria ser usada contra elas força armada, citando especificamente repelir as nações Apinagé, Xavante, Xerente e Canoeiro (KARASCH, 2001).

[...] aprovar o plano proposto para o estabelecimento de uma Sociedade de commercio entre essa Capitania e o Pará, [...] o qual me parece mui proprio e conveniente para animar e fazer prosperar o mesmo commercio [...].

[...] e que eu me proponho proteger e auxiliar em tudo a Sociedade, mandando desde já pôr em pratica todas as providencias que as circunstancias permittirem, para tornar mais facil a communicacão entre as duas Capitânicas, procurando que a navegação do Rio Tocantins

e Maranhão seja menos arriscada e trabalhosa, não só por meio das obras a que se vai proceder para a limpeza dos reios e encanamentos necessarios desde Arroyos até Porto Real, mas pelo que mando praticar para impedir que as nações gentias continuem a commetter os insultos e depredações que infelizmente ainda fazem em algumas pragens, e para remover os outros obstaculos, que difficultam aquella navegação. [...]

Quanto ao procedimento com os Gentios: sou servido determinar-vos que com aquellas nações que não commettem hostilidades, mandeis usar de toda a moderação e humanidade, procurando convencel-as de utilidade que lhes resultará de se conservarem em boa intelligencia e amizade com esses povos; para o que parece conveniente empregar algumas dâdivas, e até introduzir com elles alguns christãos que lhes ensinem a agricultura e os officios mecanicos mais necessarios, como aponta o § 19 da memoria.

Igualmente parece que será util tentar por meio do perdão, o que o desertor do Pará, que vive com a nação Canajá, tem exigido para ella, promettendo que assim tornará á boa fé e antiga harmonia. Acontecendo porém que este meio não corresponda ao que se espera, e que a nação Canajá continue nas suas correrias, será indispensável usar contra ella da força armada; sendo este tambem o meio de que se deve lançar mão para conter e repellir as nações Apinagé, Chavante, Cherente e Canoeiro; porquanto, supposto que os insultos que ellas praticam tenham origem no rancor que conservam pelos máos tratamentos que experimentaram da parte de alguns Commandantes das Aldeias, não resta presentemente outro partido a seguir senão intimida-as, e até destruil-as se necessario for, para evitar os damnos que causam. Neste intento vos hei por muito recommendado, não só o enviar os convenientes reforços de Pedestres para o Destacamento do Porto Real, mas toda a vigilancia em dar as providencias que tenderem ao desempenho destas minhas reaes ordens¹⁵.

¹³ "Pelo que, em quanto a dita estrada não for povoada, – de forma, que possam os moradores defender as Paradas, e prestrar-lhes os auxilios de mantimentos e animaes, fica sendo impossivel o expedirem-se por alli as ditas Paradas sem grande dispendio da Real Fazenda, e em tal cazo será o mais acertado, como declaro, e mostro no Roteiro, embarcarem-se em Porto Real, e desembarcarem na fazenda do Mirador, donde então sem perigo seguem até ao Maranhão diariamente por fazendas abundantes de gados, e animaes; mas para que isto mesmo fique permanente, julgo dever Vossa Excellencia desde já, e quanto antes, ordenar que o Governador do Maranhão ponha hum destacamento de 20 Soldados pelo menos, na parajem, onde o rio Manoel Alves o Grande faz barra no rio Tocantins, por quanto a força dos Gentios Cherente, Tememhó, [...]. Ainda quando o Gento por ora não obstasse a marcha da Parada pela estrada de terra, fazia-se sempre indispensável hum destacamento no rio do Sono, onde he preciso que haja canoa, e boa, pois que o rio principalmente ao aproximar-se para o Tocantins, he assás grande, e quasi igual em partes ao dito Tocantins. Ninguém, Ex.mo S.r., sem faltar á verdade, deve duvidar de que as relações commerciaes que se podem, e devem suscitar por este rio Tocantins entre as três Capitânicas, sejam hum dos meios mais poderozos para no futuro fazer a sua felicidade, e desde já principiari a suster, e manutemir a critica situação em que se acha o Commercio de Goiazes, e talvez ainda mesmo do Pará. [...]". (*Roteiro e mappa da viagem da cidade de São Luiz do Maranhão até a corte do Rio de Janeiro Feita por Ordem do Governador, e Capitão General daquela Capitania*, pelo Coronel Sebastião Gomes da Silva Berford, *Fidalgo da Casa Real*. Rio de Janeiro, Imprensa Regia, p. 21-23, 1810. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242750>. Acesso em: 3 set. 2022).

¹⁴ A *Carta Régia* de 5 de setembro de 1811 foi revogada em 27 de outubro de 1831.

¹⁵ *Príncipe. Para Fernando Delgado Freire de Castilho: Carta régia de 5 de setembro de 1811*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg/sn/antioresa1824/cartaregia-42292-5-setembro-1811-578529-publicacaooriginal-101469-pe.html>. Acesso em: 3 set. 2022.

Em 1810, os Xerente foram derrotados, sofreram agressão, houve apresamento e condução ao mercado escravista no Pará e Maranhão (SILVA, 2006). Revidaram atacando fazendas e arraiais que estavam em seu território¹⁶.

1811 – Ataque do presidio de Santa Maria do Araguaya, na capitania de Goyas, pelos índios selvagens das tribos cherentes, chavantes e carajás, que se haviam coligado para este fim.

Eis o que um historiador conta a respeito:

Seriam cinco horas da manhã, pouco mais ou menos, quando o presidio foi surpreendido pelo aparecimento de uma nuvem de índios armados de lança, arcos, flexas e porretes, vindo do lado dos campos, que se desdobravam pelos fundos da povoação. Muitos guerreiros empunhavam os fachos, com que pretendiam incendiar as habitações dos brancos¹⁷.

O Gento Xerente tem as suas aldeias em campinas nas margens do rio Tocantins, acima do rio Manoel Alvares, do lado Oriental; ocupão as campinas entre Tocantins e a Serra Geral e da outra parte em campos geraes. Os moradores do Norte de Goyaz, são infestados por estes bárbaros que atacão os mesmos navegantes pelo rio Tocantins, chegando até às ribeiras da Lapa, e da Balça, pertencentes à Capitania do Maranhão, onde levão a morte e o roubo. Povoão duas aldeias em grande numero, e se ligão com os Xavantes, que havendo já estado aldeados em Goyaz na aldeia do Carretão fugirão conhecendo a nossa lingua e armas, usos, e costumes, de que se prevaleceo para empecer-nos, engeitando todas as propostas de paz, até irritando-se com a amizade, que contrahirão os nossos com a nação Macamecran sua inimiga implacável¹⁸.

Como consequência dos ataques, em 1824, Cunha Mattos, o comandante das armas da província, propôs um acordo de paz, com a criação de um território delimitado.

Em meados de maio de 1824, Cunha Mattos seguiu para Porto Real [...]

A 26 de junho chegou no lugar do destino, onde chamara a catequese dos Cherentes que em número de 800, contando-se todas as idades e sexo, se apresentaram para celebrar aliança.

Depois de confabular com os chefes, o governador das armas orientou sua fixação no encontro do rio Taquaruçu com o Tocantins.

Firmou-se um pacto constante de vários artigos, figurando entre os primeiros:

Art.1º. Que iriam estabelecer-se em uma ou mais aldeias na margem esquerda do rio Taquaruçu, junto à confluência dele com o Tocantins, no sitio denominado Barreira Vermelha, 12 léguas ao norte de Porto Real.

Art.2º. Que obedeceriam ao Governo da provincia e serviriam de carreira contra quaisquer bárbaros que pretendessem atacar os habitantes dela.

Art.3º. Que não pagariam contribuição alguma enquanto não estivessem bem estabelecidos em circunstâncias de poderem alimentar-se.

Art.4º. Que os capitães não farão guerra ofensiva e nem imporão pena de morte a seu arbitrio.

Art.5º. Que abandonariam o bárbaro costume de se venderem como escravos.

Art.6º. Que receberiam a Santa Religião e adotariam os nossos costumes para se civilizarem.

Art.7º. Que teriam junto a eles um diretor, que os instruisse segundo principios que ficariam ajustados.

Assim, os principais artigos do pacto de Porto Real, firmado entre Cunha Mattos e os Cherentes, indo estes, satisfeitos, residir na Aldeia Graciosa, do nome de uma filha do governador das armas. – Relato Cunha Mattos em Goiás – 1823-1826 (BRASIL, 1924, p. 202).

Com o acordo, os Xerente foram presenteados com ferramentas e mantimentos e estabelecidos na Aldeia Graciosa, no rio Taquaruçu, margem direita do Tocantins. Naquele contexto, deveriam obedecer ao governo colonial e defendê-lo, concordando em não fazer mais guerra defensiva, converter-se à religião católica e adotar costumes dos não índios. Porém, nas décadas seguintes, por conta da redução e ocupação de seu território, das dificuldades impostas na disciplina do aldeamento, da escassez de alimentos e da manutenção de uma política agressiva local, que permitia a prisão em presidio e captura de crianças para serem catequizadas, os Xerente abandonaram

¹⁶ *Notícia das novas Povoações de S. Pedro de Alcântara e S. Fernando, civilização da nação Macamecran; estrada para o Pará. Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, &C. do Rio de Janeiro – Segunda Subscrição, n. 3, setembro. Rio de Janeiro. Impressão Regia, 1813, p. 66. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700177&pasta=ano%20181&pesq=M%C3%A0camecran&pagfis=920>. Acesso em: 3 set. 2022.*

¹⁷ *Ephemerides. Crônica Nacional. Jornal do Recife, 11 de fevereiro de 1876, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20189&pesq=cherente&pagfis=11466>. Acesso em: 3 set. 2022.*

¹⁸ *O Patriota, Rio de Janeiro, setembro de 1813, p. 66. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700177&pasta=ano%20181&pesq=xerente&pagfis=925>. Acesso em: 3 set. 2022.*

o aldeamento e passaram novamente a atacar fazendas e arraiais da região (GIRALDIN, 2002).

Um exemplo da política agressiva provincial da época pode ser dimensionado a partir do *Discurso do presidente da Província de Goyaz no dia 1 de julho de 1837*¹⁹. Conta-se que por lei local de 1835, havia tropas com planos de descer o gado pela margem oriental do Tocantins, até o rio do Sono, e descer o rio até as terras dos Xerente, dar batidas nas aldeias e regressar. E assim foi feito. A força de 271 praças começou a explorar o território onde viviam cerca de 40 mil Xerente. Segundo a descrição, eram “campos cobertos por pastagens, grandes vales rodeados de montanhas cobertas de espessas matas, rios belíssimos, águas, por toda parte se encontravam formosos coqueiros de diversas qualidades”. E ainda dizia: “enfim tudo ali parecia encantar”. No terceiro dia, a tropa avistou um pelotão de Xerente e a aldeia foi avisada e instantaneamente abandonada. Quando os soldados entraram, ela estava vazia.

[...] tendo porém a força marchado, segundo sempre as estradas mais batidas ao terceiro dia avistaram hum forte Pelotão de Cherentes, mandado por um Capitão que já esteve de paz em Porto Imperial, e he hoje nosso inimigo, chamado Xuaté, cacique d’Aldêa, que se achava mais visinha, que sendo avisado por dois Cherentes, pelos quaes parte da Força foi sentida, ordenou o Pelotão que mortos todos os nossos rezervasse dous, que amarrados que lhe deveriao ser conduidos; aterrados porem os que formavam o Pelotão pela nossa Cavalleria, correrão em debandada, e avisando a Aldêa, foi essa instantaneamente abandonada [...]”²⁰.

Alguns Xerente apareceram e negociaram a paz. Em troca de machado e foices, entregaram seis cristãos que tinham prisioneiros. No dia seguinte, fizeram o grito de guerra, mas sem qualquer embate, pois se embrenharam no mato. Segundo o relato, foi um estratégia para dar

tempo para as mulheres, meninos e velhos ficarem a salvo. O pelotão dos soldados tomou posse da aldeia durante 14 dias. A tropa decidiu ir embora, explorar o terreno e voltar. Voltou com 138 praças combatendo um grupo de homens, enquanto as famílias procuravam esconderijos. Mesmo assim, a tropa capturou 14 crianças, terminando suas operações.

Diz Tomás de Souza que os Cherentes tem três grandes Aldêas entre os rios Araguaia, e Tocantins, e que estando 14 dias de posse da Aldêa a força de 271 Praças comendo, e destruindo as roças de Milho, Mandioca, Batata e Inhame, não conseguiram destruí-las nem pela metade [...] O Cherente, Senhores, se acha todo agricultor, tem seos guerreiros, que são também seos caçadores, mas o Corpo da Nação é dado a Agricultura, queixao-se de falta de ferramentas para fazerem suas roças, e dizem que só para possuirl-a he que nos fazem guerra, ao mesmo Villa Real disse hum Cherente – nós não matamos por fado (formas das palavras) he pela precisão que temos de machados, fouces &c – À vista pois do exporto, Senhores, parece-me mais razoável, e humano, que em vez de decretares quantias para expedições taes, habilitasseis o Governo para poder mandar comprar os instrumentos necessários, e distribuir para essa Nação [...]”²¹.

Os conflitos permaneceram ao longo da década de 1840. A paz só aconteceu em 1851, quando foram aldeados em Tereza Cristiana (Piabanha; Tocantínia), pelo capuchinho italiano frei Rafael de Taggia, que informou na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, que, naquela ocasião, viviam lá 2.139 índios Xerente e Xavante.

Essa é a história dos encontros entre os Xerente e os colonizadores que aconteceram antes das viagens empreendidas para conversar com os chefes do governo brasileiro.

As viagens dos Xerente

Por volta de 1870, vivendo em aldeamento, os Xerente começaram as viagens com o intuito de

¹⁹ *Discurso com que o presidente da Província de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial. 1 de julho de 1837.* Goyaz, 1837, p. 16-22. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb00000450/rpegoias1837/rpegoias1837.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.

²⁰ *Discurso com que o presidente da Província de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial. 1 de julho de 1837.* Goyaz, 1837, p. 19. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb00000450/rpegoias1837/rpegoias1837.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.

²¹ *Discurso com que o presidente da Província de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial. 1 de julho de 1837.* Goyaz, 1837, p. 21. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb00000450/rpegoias1837/rpegoias1837.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.

conversarem com o governante máximo da nação²². James Wells, um engenheiro inglês que veio ao Brasil em 1869, por uma firma inglesa de engenharia, em seu livro *Three Thousand miles through Brazil: from Rio de Janeiro to Maranhão*, conta:

Em cerca de 1870, o chefe de o Cherentes, conhecido como Capitão Gabrielle, com um pequeno grupo de sua tribo, fez uma longa viagem ao Rio de Janeiro, para visitar o imperador. Eles voltaram satisfeitos com a visita deles, e carregados com presentes (WELLS, 1986, p. 219).

Para entender a decisão dos Xerente, no contexto negociado de paz, de ir conversar com o imperador, uma alternativa é procurar entender, primeiramente, as reflexões de Florestan Fernandes (2009), a partir dos estudos que realizou sobre os Tupinambá. Ele interpretou que as relações entre colonizadores e os Tupinambá, no século XVI, estabeleciam três tipos de reações básicas dos indígenas, diante das políticas de submissão estabelecidas:

[...] a) de preservação da autonomia tribal por meios violentos, a qual teria que atender, nas novas condições, para a expulsão do invasor branco; b) a submissão nas duas condições indicadas de "aliados" e de "escravos"; c) de preservação da autonomia tribal por meios passivos, a qual teria de assumir a feição de migração para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva (FERNANDES, 2009, p. 37).

Em outra linha de análise, a partir de uma perspectiva teórica que associa a história à antropologia, Maria Regina Celestino de Almeida (2013) chama a atenção para o modo como Florestan Fernandes (2009) entendeu o problema do contato e da resistência indígena. Segundo a autora, ele "não levou em conta as possibilidades de negociações e resistências adaptativas presentes no sistema colonial" (ALMEIDA, 2013, p. 27). E complementa:

Não resta dúvida de que procurou engrandecer o papel dos índios, mas partindo de uma concepção limitada de cultura, opondo resistência à aculturação, terminou por mantê-los na posição inexpressiva que a historiografia tradicional lhes destinara: joguetes das circunstâncias criadas e definidas pelos objetivos e interesses dos europeus (ALMEIDA, 2013, p. 27).

Nessa perspectiva, a historiografia tem considerado a importância de avaliar como as transformações culturais podem seguir por uma diversidade de alternativas e que os povos vivenciam mudanças culturais – partindo de situações internas e, também, possivelmente, de contato com outras culturas. Além disso, analisa que essas transformações não implicam necessariamente em desmontes identitários ou processos de aculturação. Ao contrário, o princípio de que todos os indivíduos e povos são históricos instiga pesquisas para melhor conhecer quais têm sido as mudanças históricas por eles vivenciadas.

Maria Regina Celestino de Almeida (2013, p. 33) explica:

Como observou Thompson, o mundo real avança sobre os gabinetes e impõe aos intelectuais a tarefa de questionar conceitos e teorias para procurar entender e explicar a realidade que se apresenta. Os povos indígenas de hoje, ao reconstruírem suas identidades e histórias em busca de seus direitos, apontam, de certa forma, o caminho para historiadores e antropólogos aprimorarem o instrumental teórico e intensificarem pesquisas empíricas para reinterpretar as histórias e as identidades dos índios do passado.

A partir dessas premissas, para procurar entender as decisões dos Xerente, é possível considerar que, inicialmente, estes enfrentaram duramente a invasão dos colonos por meio da guerra. Diante da derrota, aceitaram viver em aldeamentos, considerando as alianças. Contudo, esta condição significou para eles a necessidade de cobrar algo em troca, como impor seus termos no acordo e

²² Há estudos indicando que, em diferentes ocasiões, grupos indígenas se deslocaram de suas aldeias para conversarem diretamente com os governantes e que estabeleceram com eles alianças. Jean Paul Gouveia Meira (2017), em artigo sobre os *Kariri*, estudou uma comitiva Kariri, da capitania da Paraíba, que esteve em Portugal em 1752 para requerer cláusulas do acordo de paz firmado em 1670, no contexto da denominada "Guerra dos Bárbaros". João Pacheco de Oliveira (2004, p. 34) também sinaliza viagens entre os indígenas do Nordeste: "É exatamente isso que se verifica nos estudos mais recentes sobre os grupos étnicos do Nordeste. Foi absolutamente decisivo o papel de líderes como Acilon, entre os Turká (Batista 1992), de Perna-de-Pau, entre os Tapeba (Barreto F" 1993), de João-Cabeça-de-Pena, entre os Kambiwá (Barbosa 1991). Suas viagens às capitais do Nordeste e ao Rio de Janeiro para obter o reconhecimento do SPI e a demarcação de suas terras configuraram verdadeiras romarias políticas, que instituíram mecanismos de representação, constituíram alianças externas, elaboraram e divulgaram projetos de futuro, cristalizaram internamente os interesses dispersos e fizeram nascer uma unidade política antes inexistente".

lutar para que estes fossem efetivamente cumpridos. Aceitar a nova condição representava cobrar certas condições para o novo modo de viver e as condições para que isso acontecesse.

Segundo José Maurício Andion Arruti (2004, p. 251-252), sustentando-se em diferentes referências bibliográficas, indígenas passaram a realizar viagens frequentes para conversar com o imperador, a partir da segunda metade do século XIX:

O século XIX parece assistir a passagem dos pedidos de missionários em favor dos índios para pedidos dos índios em seu próprio nome, por meio de petições ao Imperador ou das viagens que realizavam a fim de vê-lo pessoalmente. A viagem do Imperador à região em meados do século teria produzido o efeito de dar realidade à figura mítica que lhes era apresentada como um grande pai [...].

[...] fazendo-se presente, o poder soberano também mostrou-se acessível, abrindo a possibilidade de ser buscado. Com o mesmo objetivo de tomar posse de seus territórios, índios passam a empreender viagens ao Rio de Janeiro, com uma frequência grande o bastante para fazer necessário ao governo central enviar circulares às províncias deter minando que fossem proibidas tais viagens. Apesar desta tentativa, parecia ter sido instaurado um padrão, ou mesmo, poderíamos dizer, uma "tradição". As comunidades indígenas passam a ver nas viagens aos centros de autoridade, capazes de conectá-las aos poderes extra locais, o único recurso para a conquista ou garantia de seus domínios territoriais. Mas só excepcionalmente essas viagens ganhavam algum tipo de registro documental, como as dos Xukuru-Kariri no início do século XIX, dos Xocó e Xucuru nas últimas décadas desse mesmo século, e as novas viagens conjuntas de Xocó e Kariri-Xocó entre as décadas de 1910 e 1920.

No caso dos Xerente, nos documentos encontrados, identifica-se inicialmente a opção por empreender viagens à capital de Goiás e ao Rio de Janeiro, com passagens frequentes por São Paulo, para solicitar ferramentas para a lavoura, tecidos, roupas feitas, espingardas e munições, que os auxiliassem a obter melhor condição de vida.

Em notícia de maio de 1873, no jornal *Correio Oficial de Goyaz*, entre os meses de junho e julho, um grupo de 27 Xerente chegou na capital da província, onde foram hospedados. Eles retornaram para suas aldeias satisfeitos com os presentes²³. O mesmo jornal anunciou que, em 1880, outro grupo chegou à capital provincial, formado por 13 índios Xerente, da aldeia de Piabanhas, dirigido por Frei Antonio de Gangge. Na ocasião, foram acomodados no batalhão de polícia e voltaram para a aldeia com ferramentas, roupas e armas antigas. Em julho do mesmo ano, o mesmo jornal registrou que 37 Xerente, das ribeiras do Tocantins chegaram à capital, sendo 28 deles batizados²⁴. O jornal *A Província de S. Paulo* registrou que, no dia 30 de dezembro de 1881, por conta de uma exposição antropológica a ser inaugurada no Museu Nacional no Rio de Janeiro, o diretor dessa instituição solicitou que o chefe de polícia encaminhasse ao museu para estudo quatro homens e uma mulher Xerente, que estavam alojados na repartição. Na ocasião, em troca de alguns presentes, permitiram que fossem feitos moldes de suas cabeças e corpos²⁵. As viagens para as capitais continuaram ao longo das décadas de 1880 e 1890. Nessas duas décadas, os jornais noticiaram dez grupos chegando nas cidades. E, após 1900, mais cinco eventos semelhantes.

Os jornais tenderam a documentar detalhes das viagens, com descrições dos trajetos, suas intenções e os nomes de alguns dos viajantes. Em maio de 1893, no *Jornal do Recife*, por exemplo, foi publicado que no início de janeiro dez indígenas (nove homens e uma mulher) saíram a pé do aldeamento das margens do Tocantins em direção ao sul. Eram chefiados pelo capitão Gabriel de Souza Miranda (Cruzé), índio Xerente do aldeamento de Piabanha, nomeado em 1888. Ao longo do caminho, dois adoeceram e morreram; e a mulher e dois homens desistiram

²³ "Índios – Chegaram na manhã de ontem à esta capital e se apresentaram à presidência Correio Oficial, 27 índios da Nação Chेरente, que vieram em procura de brindes. Foram mandar hospedar imediatamente." Goiás, 28 de junho de 1873, p. 4. / "[...] foram despachados e satisfeitos na tarde do dia 02 d'este." – 05 de julho de 1873, p. 4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 set. 2022.

²⁴ *Correio Oficial*, Goiás, 7 de abril de 1880, p. 3. / e 08 de julho de 1880, p. 2 - Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 3 set. 2022.

²⁵ "Lembranças... feliz – Refere o *Jornal do Comércio*: [...] – A *Província de S. Paulo*, 30 de dezembro de 1881, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18811230-2041-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 3 set. 2022.

e voltaram. Cinco deles chegaram a Uberaba, onde obtiveram uma carta de recomendação do bispo local. De lá, seguiram para Ribeirão Preto, São Paulo e Rio de Janeiro pela via férrea, onde conseguiram passes gratuitos. Na capital federal, chegaram descalços e trajando calças, camisa de chita, paletó de riscado e chapéu de feltro; e a tiracolo embornais de palha trançada. Encaminhados para o Palácio do Itamaraty, solicitaram reformar a patente do capitão e ferramentas, animais e um realejo. Ficaram alojados em um quartel de infantaria e ficou marcada reunião para falar com o vice-presidente²⁶.

Os relatos dos jornais indicaram que os Xerente, em suas viagens, levavam três a seis meses, percorrendo territórios a pé²⁷ e fazendo uso da estrada de ferro a partir de Uberaba. Por onde passavam, eles procuravam hospedagem nos postos policiais, batalhão de polícia, escolas militares. Pediam audiência aos chefes locais e às lideranças religiosas, para quem solicitavam presentes, cartas de recomendação e passes. Alguns dos viajantes tinham a função de intérpretes, por dominarem a língua portuguesa, que os Xerente faziam questão de aprender. Era frequente se apresentarem com nomes na língua nativa e em português, sendo alguns batizados. Em algumas viagens, entregavam crianças a escolas religiosas, como um colégio dominicano para meninos índios na cidade de Porto Nacional. Eram frequentemente bem recebidos, mas alguns chegavam doentes, outros se perdiam e desapareciam nas cidades. Os jornalistas os recebiam com certa curiosidade que, muitas vezes, os ajudavam a concretizar suas intenções, encaminhando-os aos locais onde podiam conseguir abrigo, presentes e reuniões com os governantes, ou mesmo promovendo campanhas para arrecadar dinheiro e materiais para suprir suas solicitações. Os jornais exaltavam

o esforço dos Xerente na sua busca por "outro modo de vida", e defendiam a ideia de que deviam ser cuidados e atendidos. Colhiam informações orais, publicavam pesquisas sobre os costumes indígenas e descreviam as viagens.

Muito destaque nos jornais foi dado ao Capitão Joaquim Sepé, chefe da Aldeia Providência, em Piabanha, rio Tocantins, que esteve no Rio de Janeiro em 1896, acompanhado de mais quatro companheiros – *Debacuró* (Domingos), *Nacuapsicuá* (Marcelino), *Cumeuacé* (Bernardo)²⁸. Aos jornalistas, ofereceu muitos depoimentos, descrevendo aspectos da vida nas aldeias. Segundo os jornais, Sepé contou que nelas havia plantações de arroz, milho, feijão, cana e criação de aves e porcos. Viajou para pedir ao presidente tecidos, ferramentas, armas e pessoas que pudessem dar instrução e educação às crianças. Reclamou que em Piabanha havia um frei capuchinho que só atendia aos brancos, apesar de ter ido para lá atender aos índios. Argumentou que mandasse avaliar a "obra de civilização em progresso" onde morava, mas que ele e seus companheiros não possuíam competência para tão grande empreendimento²⁹.

Ao jornal *O Estado de S. Paulo*³⁰, o capitão Sepé nomeou nove aldeias onde viviam os Xerente. Na margem direita do Tocantins, de Piabanha ao rio do Sono, eram cinco: Lageado, Boqueirão, Pau Brasil, Morro do Chapéu e Rio do Sonno. Na margem esquerda do Tocantins, desde o Rio Pontal até Pedro Afonso: Providência, Gorgulho, Pedra Hume, Parta, Taboção, Ponte Alta, Bananal, Recongô e Bananal (2º.).

À margem direita do Tocantins, de Piabanha do rio do Sono, temos:

1ª. LAGEADO (*Zúca* em Cherente) a 4 léguas de Piabanha, tendo como chefe maior Chico, com 30 e tantos índios.

²⁶ *Jornal do Recife*, 04 de maio de 1893, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20189&pesq=cherente&pagfis=30924>. Acesso em: 3 set. 2022.

²⁷ Em 1899, a viagem até Araguari, incluía passar por Formoso e Cristal.

²⁸ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 9/07/1896. Em outras edições dos jornais, as grafias dos nomes mudam. – *O Paiz*, 28/07/1896: *Dacapsiená*, *Cumnacé*, *Danson-Dequegua*, *Debaqueró*; Gazeta de Notícias, RJ, 18/07/1896: *Cumnacé*, *Danson-Equecuá*, *Dacapsicuá*.

²⁹ *Sepé*. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1896, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22Piabanha%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=14563. Acesso em: 3 set. 2022.

³⁰ *O Estado de S. Paulo*, de 08 de dezembro de 1896, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18961208-6599-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 3 set. 2022.

Zucá ou Zu'-Kâ significa em cherente rio de trahyra. Kâ (pronuncia-se o â como em francês) é água ou rio. Zú, trahyra, que chega a ser de 4 a 5 palmos, preta, muito grossa; é atrevida, perigosa, diz o capitão Sepé, e ataca outros animais: é uma espécie de tubarão dos rios, por sua voracidade e grande força. Os índios matam-na com arpões e recebem dela.

2ª. BOQUEIRÃO (Seriê) a 5 léguas; chefe – o [...] Manuelzinho, tendo 30 e tantos índios.

S'orie (pronuncia-se como se houvesse um o mudo depois do S), é boqueirão, recôncavo entre montes.

3ª. PAU BRASIL (*Bru'tú-udehú*) a 8 ou 9 léguas de Piabanha; chefe – o capitão José da Mata, com 100 a 140 pessoas.

Bru'Tu'-Udeihú é matta de pau-brasil. *Bur'Tú* ou *Burutú* (o segundo u muito rápido) é matta, porção de árvores.

4ª. MORRO DO CHAPEU (*Kten-coá-vá-rié*), a 12 léguas, tendo o mesmo chefe, com 100 a 110 índios.

Kten-coá-vá-rié, e o paredão branquinho de pedra que se vê nesse logar, *Kten*, – de pedra, petras. *Coá* – parede, face, superfície. *Cá*, – branco; *rié* – inho, pequeno.

5ª. RIO DO SOMNO (*Kten-eá-kou*), a 15 léguas, com o mesmo chefe José da Mata a 100 a 140 índios.

Kten-cá-keu, é rio de pedra branca.

Na margem esquerda do Tocantins, desde o Rio Pontal até Pedro Affonso temos:

1ª. Providencia (Norônro-zauré-keu), à margem do rio Providência (Pontal), a 2 léguas ou menos de Piabanha. Ahi está o capitão Sepé com 800 índios. Ahi de madrugada até a noite, em uma luta fatigante, a tudo provê, a todos ouve: é o capitão que mais trabalha.

Norônro-zauré-keu – é um rio de palmeira grande. *Noronro* (com *on* bem nasal e o *r* brando) é palmeira; *zauré* – grande; *keu* – rio [...]³¹,³².

A divulgação nos jornais da história contada por Sepé desencadeou o oferecimento de uma professora municipal do Rio de Janeiro para viajar ao sertão de Goiás e propiciar educação às crianças Xerente. O nome dela era Leolinda de Figueiredo Daltro (1920), que efetivamente em

1896 seguiu para Goiás, retornando no ano de 1900, e publicando um livro em 1920 sobre sua missão de educação e catequese.

Outra liderança indígena que comandou várias viagens foi o capitão Joaquim Lima de Souza³³. Em 1899, retornou com livros, instrumentos agrícolas, armas, bandeira nacional e remédios. Os jornais geralmente descreviam esses viajantes como Xerente, mas Leolinda Daltro esclareceu, em carta de 1902, publicada em jornais e na *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, que o capitão Souza era Apinajé, mas com ele vinham também Xerente e Craó.

Devem seguir, por esses dias, para sua tribo, em Goiaz, os índios Cherentes, Capitão Joaquim e seus dois companheiros.

Em companhia deles, segue também o oficial do expediente do depósito de presos, Carlos de Campos, que vai ensinál-os a instrucção primária.

Por ordem do sr. Campos Sales, o chefe de polícia, Sampaio Ferraz, forneceu aos cherentes, diversos livros, instrumentos agrícolas, armas, bandeiras nacionais e uma botica portátil do dr. Humpherys.

O capitão Joaquim, demonstrando sua sympatia pelo presidente da República, pediu ao sr. Sampaio Ferraz, que lhes mandasse dar retratos do *Papa Grande* (dr. Campos Sales), no que foi satisfeito. – *A Imprensa*. Rio de Janeiro, 24 de março de 1899.

Segundo Leolinda Daltro, na viagem de 1902, os Xerente tinham orientação do capitão Sepé de levá-la de volta a Goiás, para continuar educando as crianças³⁴.

Em reportagem de 1899, do jornal *O Paiz*³⁵, outro grupo de Xerente chegou ao Rio de Janeiro, chefiado pelo coronel Grino Rodrigues da Silva, com 70 anos de idade, chefe de um aldeamento em Piabanha. Dessa vez, a intenção era conversar com o presidente sobre os fazendeiros que estavam invadindo terras indígenas.

³¹ *O Estado de S. Paulo*, de 08 de dezembro de 1896, p. 1. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18961208-6599-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 3 set. 2022.

³² O texto continua citando com detalhe as demais aldeias. Apresenta seus nomes na língua xerente e localização. Mas, por conta da resolução da imagem do jornal, captada no site deste periódico, é difícil identificar, na leitura, as grafias corretas. Foi necessário consultar dicionários (xerente/português e português/xerente) do Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas (NEAI, 2013). E, mesmo nesta consulta, diante dos significados oferecidos pelo jornal, nem sempre houve correspondência plena.

³³ Há muitas notícias da chegada de indígenas para falar com o presidente entre os anos de 1898 até 1908.

³⁴ *RIHGB*, tomo LXV, p. 495-499, 1903. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107799-revista-ihgb-tomo-lxv-parte-ii.html>. Acesso em: 3 set. 2022.

³⁵ *O Paiz*, 21 de outubro de 1899, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=%22Piabanha%22&pagfis=23835. Acesso em: 3 set. 2022.

Índios Cherentes

Chegou ontem a esta capital, acompanhado de sete companheiros, o coronel Grino Rodrigo da Silva, chefe de um aldeamento de cherentes das margens de Piabanha. Os índios fizeram o trajecto até São Paulo, a pé, em quatro meses e vão com o destino à capital federal, afim de reclamar ao sr. Presidentes da República contra a invasão de terras de seu aldeamento por fazendeiros das circunvizinhanças. Grino e seus companheiros vieram carregados de interessantes apetrechos de viagem, tais como esteiras de palhinhas, tecidas com muito capricho e pequenas malas a tiracolo, feitas de embira tecidas. Os cherentes, que estão recolhidos num dos aposentos da repartição central de polícia, devem seguir viagem hoje ou amanhã para o Rio, com passe que lhes será concedido pelo governo do estado³⁶.

A mesma reclamação foi feita no ano de 1900, como noticiou *O Estado de S. Paulo*³⁷, do retorno do capitão Joaquim Lima de Souza, que também denunciava as invasões. Há, nessa época, uma mudança. As solicitações passaram a ser denúncias e pedidos de providências do governo para a preservação dos territórios, agora novamente ameaçados.

Nos anos seguintes, os Xerente deixam de ser noticiados nos jornais, reaparecendo em fotos em revistas no início do século XX. Em 1909, em *O Malho*³⁸, foram publicadas duas fotos: uma com um grupo de sete pessoas, com seus trajes e objetos específicos, com uma legenda anunciando que estavam em viagem para a capital federal; e outra, o mesmo grupo, agora ao lado da professora Leolinda Daltro, com roupas ocidentais – homens e uma mulher. Nesse mesmo ano, *O Malho*³⁹ publicou outras duas fotos: em uma havia um rapaz indígena, com terno e gravata, com o nome de *Kuroki Porjúpó*, com a seguinte legenda: "Índio Craó, civilizado pela

professora Leolinda Daltro"; na outra, outro jovem com roupas semelhantes, com o nome *Oyama Pracé*, com a legenda: "Índio cherente, civilizado pela mesma professora..."⁴⁰.

Novas fotos foram publicadas na revista *A Cigarra*, em 1921, já descritas no início do texto, e que desencadearam esta pesquisa. A legenda dessas fotos indicava que a ida à capital federal tinha como objetivo falar com o presidente a respeito das ameaças às suas terras, feitas pelos fazendeiros locais. Podemos entender, assim, que as viagens, desde o final do século XIX, representavam momentos de negociação com os governantes para reafirmar o acordo estabelecido. Os Xerente lembravam aos presidentes que estavam cumprindo a sua parte. E cobravam do Estado brasileiro que também garantisse o que foi acordado.

Algumas questões parciais

O que podemos concluir a partir das informações que coletamos das viagens dos Xerente? Sabemos que essa não é a história toda, uma vez que ao longo do século XX, outros desencadeamentos da política governamental interferiram nas suas condições de vida, tanto por conta da progressiva expansão das fazendas, vilas e cidades pelo interior do país, quanto pelas políticas indigenistas implantadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, e, posteriormente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967. As ações dos Xerente diante desses diferentes acontecimentos solicitam também a escrita de outras histórias.

Voltando às viagens do final do século XIX e início do XX, promovidas por eles, elas instigam

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 18 outubro 1899, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18991018-7636-nac-0002-999-2-not>. Acesso em: 3 set. 2022.

³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 06 de maio de 1900, p. 2. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19000506-7834-nac-0002-999-2-not/busca/cherentes>. Acesso em: 3 set. 2022.

³⁸ *O Malho*, 13 de maio de 1909, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=Leolinda&pagfis=13448>. Acesso em: 3 set. 2022.

³⁹ *O Malho*, 20 de março de 1909, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=Leolinda&pagfis=13511>. Acesso em: 3 set. 2022.

⁴⁰ "OYMA PRACÉ - Índio cherente, civilizado pela mesma professora, que, sem o menor auxílio do governo, se tem dedicado à missão de ensinar e mandar ensinar a estes e outros genuínos brasileiros, não só o idioma português, mas os serviços domésticos e também artes e ofícios, para os quais mostram os índios decidida vocação. Uma vez regressando a seus lares, serão eles os melhores catequizadores das tribos que ainda se obstinam em se conservar no estado selvagem – fim nobre e de utilidade patente, que o governo tem o dever de auxiliar, mesmo quando não é promovido pela "santa" gente de sotaina..." (*O Malho*, 20 de março de 1909, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=Leolinda&pagfis=13511>. Acesso em: 3 set. 2022).

interpretação, mesmo que sejam parciais. Um dos aspectos é constatar que viver em aldeamento, seguindo um modo de vida diferente e imposto, não significava romper com as identidades ancestrais. Manter a "aliança" representava fazer parte de um mundo maior, imerso na sociedade ocidental, que deveriam entender e saber lidar. No entanto, fazer parte dessa nova dimensão de mundo deveria ser conjugada com as condições de que o grupo permanecesse em situações coletivas, sem se desprenderem individualmente em busca de sobrevivência na imensidão e condições capitalistas da sociedade brasileira. As solicitações e as denúncias representavam acordos no reconhecimento de que um "outro" mundo existia e criava outras realidades. E representava, simultaneamente, resistências à não dissolução da comunidade, à manutenção dos grupos e à luta por território onde pudessem permanecer como Xerente.

A negociação de novas condições deveria sempre acontecer entre os governantes, ou seja, entre os chefes Xerente e os representantes do Estado (governadores e presidente) e seu aliado à Igreja Católica. Nessa perspectiva, não aceitavam serem súditos ou cidadãos brasileiros comuns, mas fundamentalmente Xerente.

Esses momentos históricos da história dos Xerente contam suas resistências. Simultaneamente, possibilitam entender uma história específica de um dos povos nativos da América diante do colonizar; e, também, uma história estrutural de políticas econômicas agressivas de ocupação, exploração e expropriação do território brasileiro.

Referências

- A CIGARRA. 1914-1975. Disponível em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/revistas/Cl192109168.pdf>. Acesso em: 3 set. 2022.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2004.
- BRASIL, Americano. Cunha Mattos em Goiás: 1823-1826. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo 96, v. 150, 1924. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107843-revista-ihgb-tomo-96-vol-150.html>. Acesso em: 3 set. 2022.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DALTRO, Leolinda de Figueiredo. [Carta publicada no *Jornal do Brasil*]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo 65, parte II, 1903.
- DALTRO, Leolinda de Figueiredo. *Da catechese dos índios no Brasil*: Notícias e documentos para a História. Rio de Janeiro: Typ. Escola Orsina da Fonseca, 1920.
- FERNANDES, Florestan. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Global, 2009.
- GIRALDIN, Odair; SILVA, Cleube Alves da. Ligando Mundos: Relação Entre Xerente e a Sociedade Circundante no Século XIX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Serie Antropologia*, v. 18, n. 1, p. 43-58, 2002.
- GIRALDIN, Odair. Pontal e Porto Real: dois arraiais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX. *Revista Amazonense de História*, Manaus, v. 1, n. 1, p. p. 131-146, 2002.
- GUINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KARASCH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás: 1780 - 1889. In: LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: Leitura da fotografia histórica*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: Leitura da fotografia histórica*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- MAGALHÃES, Basílio de. [Prefácio] Algumas notas sobre os Cherentes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, tomo 101, v. 155, p. 6-30, 1928.
- MARANHÃO. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*: Livro Grosso do Maranhão, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 66, p. 57-59, 1948. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1948_00066.pdf. Acesso em: 3 set. 2022.
- MEIRA, Jean Paul Gouveia. Os índios Kariri vão à corte: a circulação das lideranças indígenas pelos espaços de poder do Império Ultramarino Português (Capitania da Paraíba, segunda metade do século XVIII). **Revista de História Regional**, *ls.l.*, v. 22, n. 1, p. 198-218, 2017.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MOURA, Ignacio Baptista de. *De Belém a S. João do Araguaia Valle do Rio Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.
- NÚCLEO DE ESTUDOS E ASSUNTOS INDÍGENAS (NEAI). *Dicionário Escolar indígena Akwe-Xerente*. 2013. Disponível em: <http://www.uft.edu.br/neai/?p=388>. Acesso em: 1 maio 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2004.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In:*

POHL, Johan. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAVAGNANI, Oswaldo M. Aldeamentos Goianos em 1750: Os Jesuítas e a Mineração. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 30-32, p. 111-132, 1989.

SCHROEDER, Ivo. Os Xerente: estrutura, história e política. *Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1, p. 67-78, 2010.

SILVA, Cleube Alves da. *Confrontando mundos: os Xerentes, Xacriabás e Akroás e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749 – 1851)*. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Grande Dourados, 2006.

SILVA, Cleube Alves da. Os xerente e os "outros": contatos e vivências no médio rio Tocantins (1739-1999). *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH*, 26., 2011. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011.

SOUZA, Luiz Antônio da Silva. Descobrimento, Governo, População, e cousas mais notáveis da Capitania de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 5, v. 12, p. 496, 1849.

TAGGIA, Rafael de. Mappas dos índios Cherentes e Chavantes na nova povoação de Thereza Christina no rio Tocantins e dos índios Charaós da aldeia de Pedro Affonso nas margens do mesmo rio, ao norte da província de Goyaz. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 21, p. 19, 1898.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Disponível em: https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Lei_de_liberdade_dos_indios_de_1570.pdf. Acesso em: 3 set. 2022.

VIANNA, Urbiano. Akuen ou Xerente. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomo 101, v. 155, p. 33-48, 1928.

WELLS, James. *Three Thousand miles through Brazil: from Rio de Janeiro to Maranhão*. London: Sampson Low, Marston, Searle & Rivington, 1986.

Antonia Terra de Calazans Fernandes

Possui graduação, licenciatura e mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora do Departamento de História da PUC-SP. Atualmente, é professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Tem experiência na área de Ensino de História, atuando principalmente na formação de professores, livros didáticos, educação de jovens e adultos, memória, currículo de história e Lei n. 11.645/2008 de obrigatoriedade de estudos que incluem a história indígena.

Endereço para correspondência:

João Miguel Jarra, 135, apto 15

Vila Madalena, 05417-040

São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.